



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 42 10.11.2005

Debatem o setor siderúrgico na Argentina

Nesta semana acontecem duas importantes reuniões para os metalúrgicos do Cone Sul e da América Latina.

Ambas em Buenos Aires, na primeira reuniram-se representantes sindicais da indústria do aço, afiliados da FITIM na região. Na segunda, o Laboratório Industrial Sindical – Sindlab, reunirá trabalhadores do setor siderúrgico do Cone Sul e da Europa.

A Conferencia Regional da Industria Siderúrgica da FITIM iniciou-se na terça-feira, dia 08 e terminou nesta quinta-feira. Ele contou com a participação de mais de 80 representantes da indústria siderúrgica do hemisfério : Argentina, Brasil, Chile, Peru, República Dominicana, Canadá, Estados Unidos, Trinidad y Tobago, Venezuela, Peru, entre outros. Participaram também, representantes de sindicatos do Reino Unido, Espanha, Itália, Rússia e Japão.

A sessão de abertura da conferencia contou com a presença de Carlos Tomada, ministro do Trabalho da Argentina e o discurso inaugural foi Michael Leahy, diretor do Departamento Siderúrgico da FITIM . Rob Johnston, da FITIM, também usou da palavra. Os secretários gerais dos sindicatos argentinos, Luis García Ortiz da ASIMRA e Antonio Calo da UOM também participaram da mesa inaugural.

O pesquisador Michael Wash, diretor de Community apresentou aos participantes um diagnóstico da indústria siderúrgica mundial, destacando em sua intervenção o crescimento da produção chinesa de aço. Derek Simpson, secretário geral de Amicus, sindicato do Reino Unido destacou as políticas industriais diante da globalização e o papel dos sindicatos. Ele enfatizou a necessidade de desenvolver a unidade internacional dos trabalhadores siderurgicos para enfrentar as multinacionais e fortalecer as conquistas dos trabalhadores. Essas são informações do boletim argentino rebanadas da Realidad.

Já a partir desta quinta, o Laboratório Industrial Sindical Mercosul - União Européia inicia a sua reunião de coordenação. O comitê sindical de direção do Laboratório está a cargo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT) e da Federación Minero Metalúrgica (FM-CCOO).

O principal ponto da pauta é o plano de trabalho para 2006.

Está prevista a realização de diversos seminários regionais na Espanha de conscientização sobre a situação dos trabalhadores metalúrgicos no Cone Sul com a participação de representantes da região.

A primeira dessa reuniões setoriais será do Setor automotivo . A reunião será em São Bernardo do Campo e o Sindlab vai realizar um informe especial sobre a situação da indústria automotiva que será debatida na conferência.

No final do ano haverá outra reunião setorial , agora em Montevideu. A reunião reunirá representantes dos trabalhadores do setor naval do Mercosul. Para esta reunião haverá também um informe sobre a situação da indústria naval no mercosul e na Europa.

Nesta sexta-feira inicia-se em Buenos Aires a Reunião Setorial da Siderurgia no Mercosul e na União Européia. Foram preparados dois informes para a reunião : um sobre a situação da indústria siderúrgica europeia e outro sobre a indústria siderúrgica do cone sul.

Participam representantes dos trabalhadores siderurgicos da Argentina, FETIA/CTA e UOM; do Chile, CONSTRAMET; do Paraguay, FETRAMPAR, do Uruguay, UNTMRA/PIT-CNT.

O Informe sobre o setor siderúrgico europeu já está disponível na pagina do SindLab. Para acessar o documento (em formato pdf) clique :

http://www.sindlab.org/download_up/informeSiderometalurgiaEuropa.pdf

O alto custo da política econômica

João Saboia

O regime de metas inflacionárias foi introduzido no Brasil em meados de 1999. Naquele ano, a âncora cambial do governo FHC tinha desaparecido com a desvalorização do real e havia grande preocupação com o comportamento da inflação. Desde então, o Conselho Monetário Nacional divulga até 30 de junho de cada ano a meta da inflação para dois anos depois. A meta de 2007 já foi fixada em 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais, ou seja, entre 2,5% e 6,5%.

Cabe ao Banco Central a responsabilidade pelo cumprimento da meta de inflação, sendo seu presidente obrigado a explicar publicamente as razões para seu eventual não-cumprimento. Desde sua criação, a meta não foi cumprida três vezes (2001, 2002 e 2003).

Na prática, o único mecanismo utilizado pelo Banco Central (BC) para o cumprimento da meta de inflação é o estabelecimento da taxa básica de juros da economia (selic) que remunera a maior parte dos títulos da dívida pública do país. A medida oficial de inflação usada para a verificação do cumprimento da meta é o IPCA, que mede a variação dos preços ao consumidor em nível nacional para famílias com rendimento mensal até 40 salários mínimos.

O regime de metas para a inflação não é uma invenção brasileira, tendo sido utilizado pela primeira vez pela Nova Zelândia em 1990. Desde então, 22 países já o adotaram. Entre eles há países mais desenvolvidos como Inglaterra, Canadá, Suécia, Finlândia e Noruega, e menos desenvolvidos como Chile, México, Colômbia, Tailândia e Filipinas.

A regra geral nos países que adotaram o novo regime é definir uma faixa para a meta de inflação, que pode ser relativamente grande como no caso do Brasil (atualmente, em cinco pontos percentuais, baixando para quatro em 2006) ou bem pequena como na Colômbia, Coreia, Filipinas e Hungria (apenas um ponto percentual). É admissível o não-cumprimento da meta em caráter temporário em casos de choques de oferta importantes como, por exemplo, uma explosão do preço do petróleo.

A meta da inflação brasileira para 2005 foi fixada, inicialmente, em 4,5%, com faixa de tolerância de dois pontos e meio em porcentagem, ou seja, entre 2% e 7%. Posteriormente, o centro da meta foi ajustado para 5,1%. Na tentativa de cumprimento da meta atual, o BC impôs uma política monetária extremamente rigorosa, elevando a taxa selic a 19,75%. Somente depois de várias demonstrações de que a inflação estava em queda, o BC aceitou reduzir a selic, realizando o corte mínimo de 0,25% em setembro seguido de 0,5% em outubro. Na melhor das hipóteses, a selic terminará o ano em 18%, o que continuará sendo uma taxa básica de juros elevadíssima para os padrões internacionais.

A situação atual mostra que a inflação está convergindo para o centro da meta. O custo para a sociedade, entretanto, foi enorme. Além da desaceleração do crescimento econômico e das dificuldades para a geração de empregos em nível satisfatório, o governo tem tido um gasto absurdamente alto no pagamento de juros da dívida pública, que sabidamente beneficiam apenas os segmentos que têm recursos suficientes para aplicá-los na compra de títulos da dívida pública. Com isso, o governo desvia recursos públicos, que poderiam ser utilizados com os mais pobres, para os mais ricos, distorcendo ainda mais a famosa má distribuição de renda do país.

O desperdício é ainda mais grave quando se verifica que, desde a adoção do regime de metas inflacionárias, os preços administrados pelo governo têm crescido muito mais que os preços livres. Em outras palavras, os preços que podem ser influenciados pela elevação da selic (preços livres em geral) têm crescido muito menos que aqueles sobre os quais a selic não tem qualquer influência direta (combustíveis, luz, telefone, etc.). Por sinal, nos últimos anos, mais da metade da inflação tem sido causada pelos preços administrados sobre os quais a selic não tem influência direta.

A busca insistente do BC pelo centro da meta inflacionária, como ocorrido em 2005, através de uma política monetária que levou o país a ter a taxa de juros real mais elevada do mundo, além de desnecessária, é um grande erro. Ela é desnecessária porque no Brasil como nos demais países existe uma faixa para a meta inflacionária e não há qualquer necessidade de se atingir seu ponto central. Ela é um erro porque uma política monetária que é capaz de atuar apenas sobre metade da inflação e que custa tanto ao país deveria ser substituída por algo mais eficiente e socialmente desejável.

Em resumo, trata-se de uma política econômica equivocada, desnecessária e que tem impedido o crescimento do país. Os resultados relativamente positivos apresentados pela economia brasileira em 2005 têm sido obtidos a um custo enorme e resultam em grande parte de uma conjuntura externa extremamente favorável. Como tem dito e repetido o ex-ministro Delfim Netto, as afirmações de alguns economistas de que a economia brasileira não pode crescer mais de 3,5% ao ano é um mito sem qualquer comprovação convincente.

João Saboia é economista. (*O Globo*, 10.11.2005)

Os dólares de Cuba

Luís Nassif

Reportagem de "Veja", sobre o suposto financiamento cubano à campanha do PT, baseia-se no depoimento de duas fontes -Rogério Buratti e Vladimir Poletto, do terceiro escalão petista, deserdados pelo partido. Ambos declararam ter ouvido falar de dinheiro cubano na campanha. Apenas Poletto conheceria e teria participado da operação.

Segundo a reportagem, entre agosto e setembro de 2002, US\$ 1,4 milhão (ou US\$ 3 milhões, não se sabe), em notas de dólares, chegaram à casa de um diplomata cubano em Brasília, foram colocadas em três caixas de bebida que percorreram longo trajeto -transportados por um jatinho, que saiu do aeroporto de Brasília, passou por Viracopos e, de lá, de carro para a sede do PT, em São Paulo, levadas por Poletto, que achava que transportava bebidas. Ou seja, a única testemunha, o transportador, não viu os dólares. Teria sabido da natureza da carga tempos depois, por meio de Ralf Barquete, assessor de Palocci. Como Barquete já morreu, mencionaram-se como possíveis testemunhas a viúva (que nega saber qualquer coisa, segundo a própria reportagem) e o empresário ribeirão-pretano Chaim Zaher -que não foi ouvido pelo repórter, mas também nega.

Restam os testes de verossimilhança.

1) A inteligência cubana é considerada eficiente e profissional, inclusive por suas congêneres do Primeiro Mundo. Tem experiência em operações de inteligência no exterior, com 15 anos em Angola, apoio ao sandinismo, à guerrilha em países africanos, ao chavismo na Venezuela, aos cocaleros da Bolívia e às Farc.

2) A descoberta de eventual contribuição cubana à campanha traria danos irreparáveis à diplomacia do país.

3) Meses antes, o caso Lunus (o estouro da caixinha política de Roseana Sarney) demonstrara à exaustão os riscos de trabalhar com dinheiro vivo em sedes de campanha.

Sendo profissionais, os cubanos jamais envolveriam seu diplomata mais conhecido no Brasil, Sérgio Cervantes, em uma operação de transporte físico (!) de dinheiro vindo do exterior. É um risco desnecessário.

O governo cubano tem dezenas de "tradings" no Panamá ou mesmo a Cubatour (a agência oficial de turismo, muito utilizada nos anos 80). Bastaria uma delas depositar na conta de um doleiro brasileiro em Nova York, ele sacar em reais aqui e entregar ao PT. Tudo terceirizado e limpo. É assim que funciona o mercado paralelo, justamente para dispensar o passeio das notas.

Por isso mesmo, é difícil entender a lógica de caixas com dólares passeando por dois aeroportos, sendo levadas à própria sede oficial do PT em São Paulo (três locais sob estreita vigilância da PF), em plena campanha eleitoral, com os ecos do caso Lunus ainda vivos, e jornalistas permanentemente postados na porta do prédio. Depois, o mala-preta indo até o escritório do doleiro e saindo de lá com malas de reais. Se Cuba contribuiu para a campanha de Lula, certamente não foi da maneira descrita. Na época, aliás, havia rumores mais fortes sobre uma suposta ajuda de Hugo Chávez. E-mail - Luisnassif@uol.com.br (Folha de S.Paulo, 02.11.2005)

O Judiciário brasileiro e a ameaça 'venezuelana'

Wanderley Guilherme dos Santos, Cientista político

A direita brasileira tomou ares de direita venezuelana. Depois de re-introduzir, com sucesso, o radicalismo de facção nos colegiados parlamentares, começa a desafiar o Poder Judiciário e a provocar fisicamente os adversários. Foram poucas as vezes em que indiciados nos processos parlamentares em curso apelaram às cortes, assustados pela incontinência verbal da oposição e pela audácia da crônica golpista, que pretendem vedar-lhes, mais que real direito de defesa, a possibilidade de que sejam inocentes. A paralisia do Partido dos Trabalhadores, principal alvo da truculência oposicionista, estimulou a multiplicação de denúncias irresponsáveis e a crescente vulgaridade de gestos e palavras com que se manifesta. É inegável que, comprovada e confessadamente, delitos eleitorais foram cometidos por todos os grandes partidos, alguns médios, e outros pequenos. Está provado que empresas para as quais as campanhas eleitorais são grandes negócios, cometeram crimes tributários e fiscais, transferindo montanhas de dinheiro para bancos no exterior. Finalmente, há fortes indícios de que, sob pretexto de utilização de caixa dois, deputados individuais desviaram parte dos recursos para fins privados.

Tudo somado, temos aí suculento catálogo de malfeitorias a serem elucidadas e punidas. Longe, entretanto, do enredo que a dupla PSDB/PFL, acumpliciada com a imprensa de oposição, quis enfiar a toque de caixa pelo esôfago da opinião pública. A tese de que os ilícitos descobertos só correspondiam a parcela de um grande plano de saque dos recursos públicos, executado por lideranças do PT, foi perdendo credibilidade à medida que, passado o choque inicial, as bombásticas

chamadas do noticiário televisivo e as letras garrafais das manchetes dos jornais fracassavam em entregar o que prometiam. Não, não é verdade que a utilização de caixa dois tenha sido inventada ou monopolizada pelo PT. Reconhecer a ilegalidade não equivale a justificá-la, e sério tratamento da matéria deve comparar a legislação à realidade da disputa eleitoral, apurando a extensão em que regras nefelibatas contribuem para aumentar a sedução do ilícito. Por isso o PSDB e o PFL acabaram por entrar na roda, consumidores por igual do pecado clandestino. Também desmorona a fábula de que existiria um sistema de desvio de fundos que, à semelhança das antigas divisões do SNI, estaria implantado nas empresas estatais. Atenção: o total de falsos anúncios de falcatruas, divulgados pelos relatores e sub-relatores já é, hoje, provavelmente, superior ao número de mentiras efetivamente comprovadas nos depoimentos de Marcos Valério. As quinzenais promessas de relatórios comprometedores continuam vãs.

A incapacidade de emprestar verossimilhança ao que se revela, a cada alucinada denúncia, como uma farsa, construída ao longo do empenho em interpretá-la, vem enervando a oposição, que teme as conseqüências eleitorais do golpe fracassado. Torna-se evidente que as CPIs tem andado acuadas por ocasional maioria constituída por mal educados histriões. Os mesmos que, apoiados pela infantilidade da esquerda ressentida, pretendem impor um desafio venezuelano ao Judiciário. Na verdade, o Judiciário vem sendo tímido no restabelecimento das normas processuais estabelecidas em lei. Os direitos devem ser mantidos íntegros quanto mais graves forem as acusações aos indivíduos indiciados, ao contrário da tese predominante nas comissões e colegiados de que julgamentos políticos podem se dar ao desfrute da selvageria sem satisfação a ninguém. Ao contrário, a transferência da soberania popular implícita na concessão de um mandato político é ato que instaura regras de civilidade na administração de conflitos, não significando nunca a expedição de alvará para a inauguração de volúveis e subjetivos patíbulo.

Quando a exaltação política se reduzir, vídeos e documentos da presente época atestarão o surrealismo de relatórios de Comissão de Inquérito em que, mediante pelo menos uma demonstrável mentira e orações sem sujeito, pede-se a cassação dos mandatos de parlamentares sobre alguns dos quais, inclusive, o relatório afirma não existirem nem mesmo indícios de culpabilidade. Denúncias vazias são posteriormente citadas como juízos passados em julgado, da mesma maneira que suicídios de pacientes são depois computados como casos comprobatórios da sólida experiência de psicanalistas. Senadores anciãos sublevam-se contra decisões do Judiciário e tentam transformar o Legislativo em tribunal de última instância de si próprio. Deputados encarregados de avaliar a credibilidade de denúncias contra membros do Legislativo interpretam de forma inábil, diante de câmeras de televisão, textos de que, conforme parece, não foram os autores. Daí a teatralização canhestra, pausas fora de lugar, ênfases burlescas e a indignação nada convincente, macaqueando a opinião impressa e bajulando a pública.

Contradições e ridículos históricos são seguros indicadores da prevalência de tais equívocos. Por exemplo: o pedido de cassação do mandato do deputado José Dirceu por ser o organizador de um crime – o mensalão –, cuja inexistência foi motivo suficiente para o afastamento de quem o proclamou, o ex-deputado Roberto Jefferson. Ou seja, o ilícito do mensalão ora não existiu, para que, de consciência limpa, se faça a condenação de um parlamentar, e ora existiu, para que se penalize da mesma maneira um outro parlamentar. Custo a crer que o deputado José Dirceu ignorasse que o PT recorria ao caixa dois. Mas não é impossível que não estivesse ciente de sua administração específica. Cabe às CPIs esclarecerem o assunto conforme a processualística em vigor e julgá-lo também segundo as normas vigentes. Qualquer desvio em direção à excepcionalidade afronta a Constituição e, se solicitado, o Superior Tribunal Federal tem a obrigação de repor as coisas e gentes em seus devidos lugares constitucionais. Os histriões parlamentares não têm autonomia para serem tirânicos. Serão, quando muito, arrivistas “venezuelanos”.

Em outro exemplo de peça pregada aos incautos pelo tempo, é bem provável que aquela pobre deputada do PSDB de Goiás, Raquel Teixeira, depois de haver servido aos propósitos facciosos da CPI, venha a perder o mandato por ter mentido a respeito do agora inocentado deputado Sandro Mabel (PL-GO). O único elemento de prova, dado como suficiente para sugerir a pena radical de cassação de mandato, era a palavra de um par. E a mesma leviandade de juízo vem sendo exercida em relação a outros acusados, contra os quais não existe senão a palavra de terceiros. O colégio da Câmara aceita ou não a “evidência” conforme a distribuição de suas simpatias e, assim, depoentes, relatores e juízes acabam se revelando, em um ou outro momento, igualmente arbitrários. O Legislativo comporta-se autocraticamente, declarando que é justo e conforme o direito o que vier a declarar como tal. Esse comportamento viola a doutrina que sustenta a existência de direitos anteriores às leis positivas e que não podem ser maculados por estas. Basta perguntar a John Locke. O histrionismo eleitoral da oposição está conduzindo o Congresso, por ações e omissões, a um conflito de tipo venezuelano. O motivo propagandístico de atribuir ao presidente Luiz Inácio tendências “chavistas”, tal como inventava a mesma mídia, há exatos 50 anos, que os comunistas queriam tomar o poder junto com JK, arrisca se converter, assim como antes, na cobertura do golpismo. O obstáculo, hoje, é o Judiciário. (*Jornal do Brasil, 05.11.2005*)

Empresas alemãs intensificam onda de demissões

Ford, Telekom, DaimlerChrysler, Volkswagen, Siemens e outros conglomerados multinacionais enxugam quadro de funcionários, aumentam lucros e geram protestos na Alemanha. Formação de novo governo alemão provoca incertezas no setor empresarial.

A onda de demissões na indústria e no setor de serviços na Alemanha, iniciada há cerca de um ano, parece não ter fim. Nesta sexta-feira (04/11), os 19 mil funcionários da Ford em Colônia foram confrontados com um programa de cortes de mil vagas até o fim deste ano.

Também a DaimlerChrysler e a Volkswagen estão enxugando seus quadros de pessoal, com a meta de reduzir os custos de produção na Alemanha. Ao mesmo tempo em que esperam vendas recordes no exterior, as montadoras reclamam da estagnação no mercado interno e das incertezas quanto à formação do futuro governo alemão.

Já a Deutsche Telekom gerou protestos na quarta-feira (02/11), ao anunciar a eliminação de 32 mil postos de trabalho nos próximos três anos. "Somente se cortarmos empregos em massa, poderemos assegurar nossa posição no mercado", justificou o presidente da empresa, Kai Uwe Ricke. Ele disse que a redução de pessoal vai custar cerca de 3,3 bilhões de euros.

Para o sindicalista, Franz Treml, membro da diretoria do Sindicato do Setor de Serviços (Verdi) e do conselho fiscal da Telekom, os cortes anunciados por Ricke "são um horror". Em compensação, Ricke deve alegrar o mercado financeiro, na próxima semana, com lucros estimados em 2,1 bilhões de euros no terceiro trimestre de 2005.

Os maiores cortes de empregos desde 2004

Junho de 2004: O correio alemão (Deutsche Post) faz uma reestruturação e funde subsidiárias no país, atingindo quatro mil funcionários, em parte remanejados para outros setores do grupo. Cerca de 1,6 mil postos de trabalho são eliminados.

Dezembro de 2004: A canadense Bombardier, fabricante de trens e aviões, anuncia o corte de mais 850 vagas nas fábricas alemãs. No início do ano, a empresa já eliminara 1,5 mil empregos.



Protestos contra cortes de pessoal na Opel, no final de 2004

O saneamento da General Motors, maior montadora do mundo, inclui a redução de 9,5 mil funcionários da subsidiária alemã Opel até 2006. Deste total, 6,5 mil serão transferidos para uma "sociedade de criação de empregos"; cerca de três mil passam a ter jornada parcial em função da idade ou trocam de setor na empresa.

Fevereiro de 2005: O Deutsche Bank anuncia lucros de 2,55 bilhões de euros para o exercício de 2004 – o maior do banco alemão em quatro anos – e o corte de mais 3,3 mil empregos no exterior. Somados aos cortes feitos na Alemanha, desaparecem 6,4 mil postos de trabalho.

Junho de 2005: A maior fusão de bancos da Europa, entre o UniCredit italiano e o Hypovereinsbank alemão, ameaça 9,2 mil postos de trabalho, dos quais 1,8 mil na Alemanha. Incluindo o programa de contenção de custos, anunciado no começo de 2005 pelo Hypovereinsbank, cerca de quatro mil alemães devem perder o emprego.

As gigantes norte-americanas IBM e Hewlett-Packard anunciam o corte de 14,5 mil empregos. Ainda não está claro até que ponto a Alemanha será atingida.

Setembro de 2005: No dia 19, um dia após as eleições parlamentares alemãs, a Siemens anuncia cortes ou transferência para o exterior de mais de 10 mil empregos, 4,2 mil só na subsidiária de prestação de serviços SBS.

Passeata contra demissões na fábrica da DaimlerChrysler em Bremen

A DaimlerChrysler quer cortar 8,5 mil dos 93 mil funcionários da Mercedes Car Group na Alemanha, atingindo principalmente a matriz em Sindelfingen, no Estado de Baden-Württemberg. Na fábrica de motores de Stuttgart-Untertürkheim haverá uma redução de 1,1 mil dos 20 mil operários. A DaimlerChrysler tenta fazer os cortes sem demissões, mas oferece gordas indenizações para quem pede a conta até 2011.



Outubro de 2005: A fabricante de chips Infineon e o Sindicato dos Metalúrgicos (IG Metall) fecham um acordo com cláusulas sociais sobre o fechamento de uma fábrica em Munique. O acerto inclui indenizações acima do previsto no contrato de trabalho para 720 dos 800 demitidos e a fundação de uma "sociedade para geração de empregos", co-financiada pela empresa.

Novembro de 2005: A Deutsche Telekom lança um plano de demissão de 32 mil funcionários nos próximos três anos, sobretudo na área de telefonia fixa. A companhia telefônica, porém, descarta demissões em massa por motivos operacionais.

A Volkswagen anuncia que o programa de redução de custos ForMotion já contribuiu com 2,6 bilhões de euros na melhoria do balanço do terceiro trimestre, mas não cita números sobre a eliminação de postos de trabalho. Especialistas do setor automobilístico calculam que 10 mil dos 100 mil funcionários das fábricas da montadora no oeste alemão perderão seus empregos nos próximos anos.

A Ford planeja reduzir o número de funcionários da fábrica de Colônia de 19 para 18 mil. Nos últimos três anos, a montadora eliminou 1,3 mil postos de trabalho na Alemanha, sobretudo pelo corte de vagas abertas por aposentadoria. Mundialmente, a Ford planeja o corte de 10 mil empregos, 2,6 mil na Europa.

Acordo com sindicato pode reduzir demissões na Siemens

A empresa alemã de eletrônicos Siemens e o sindicato IG Metall, que representa os trabalhadores da indústria metalúrgica do país, firmaram um acordo que tem o objetivo de reduzir o número de demissões em virtude dos prejuízos na subsidiária de tecnologia da informação da empresa. No início da semana, a Siemens havia anunciado o corte de 2,4 mil postos de trabalho no Alemanha, podendo chegar a mais de 4 mil no mundo, como parte de um plano de redução de custos de 1,5 bilhão de euros, a ser completado até 2007.

Entre as medidas para poupar postos de trabalho está a redução da jornada de trabalho – de 35,8 horas por semana para 30 horas –, que também vai acarretar diminuição dos salários pagos. Para as vagas que tiverem de ser cortadas, a IG Metall e a Siemens concordaram que trabalhadores com mais tempo de serviço terão prioridade na manutenção do emprego. Projetos de qualificação para os trabalhadores a serem demitidos também devem ser criados.

"Este resultado mostra que existem alternativas para maciços cortes de pessoal. Nosso acordo coletivo se concentra neste objetivo", explicou o vice-presidente do IG Metall, Berthold Huber. O sindicato informa que o corte total de pessoal ficará abaixo da marca de 2 mil vagas no mundo, reduzindo a quantidade anteriormente prevista quase pela metade.

Siemens corta 2,4 mil empregos na Alemanha

A empresa alemã de eletrônicos Siemens anunciou nesta segunda-feira (19/09) o corte de 2,4 mil empregos na Alemanha em virtude das perdas registradas pelo serviço de tecnologia da informação SBS. O corte de postos de trabalho faz parte de um programa de redução de custos de 1,5 bilhão de euros a ser completado até 2007. "O corte é a forma de pavimentar o caminho para um saudável crescimento no futuro", afirmou o comunicado oficial da empresa.

Esta é a segunda grande redução de quadros anunciada pela Siemens neste ano. No início de 2005, a companhia demitiu 950 funcionários da SBS, onde hoje trabalham cerca de 16 mil pessoas. Apesar de diversas estratégias para racionalizar processos e diminuir custos fixos, a unidade SBS continua a operar no vermelho.

O programa de demissões da empresa pode ser ainda maior e envolver outras unidades da empresa ao redor do mundo, uma vez que a direção da Siemens estuda ajustes no quadro de pessoal em sua divisão de comunicações. Embora não existam números oficiais, o sindicato alemão IG Metall afirma que cerca de três mil vagas devam ser fechadas.

Os cortes de custos tiveram um reflexo positivo no mercado acionário. As ações da Siemens tiveram alta de 0,22 euro na manhã desta segunda-feira, e eram negociadas a 64,12 euros por volta das 12 horas (horário alemão). (DW, 07.11.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>